



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

POBREZA E DESIGUALDADE EM REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL: um estudo comparativo entre os anos 2004-2009

Danuzia Lima Rodrigues
Danilo Araújo Fernandes

V. 2 N. 10 Outubro de 2013

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Marcelo Bentes Diniz

Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

David Carvalho

Raimundo Cota

Francisco Costa

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

jrtrindade@uol.com.br

Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>

Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos

de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. POBREZA E DESIGUALDADE: METODOLOGIA EMPÍRICA, DEFINIÇÕES E CONCEITOS	8
2.1 Indicadores de Pobreza e Desigualdade.....	8
2.2 Base de Dados e Variáveis Utilizadas	10
3. MEDINDO POBREZA E DESIGUALDADE: AS EVIDÊNCIAS PARA O CASO BRASILEIRO	10
3.1 As evidências empíricas sobre pobreza e desigualdade para o caso brasileiro.....	11
3.2 O problema da pobreza e desigualdade em regiões metropolitanas no Brasil.....	12
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	14
4.1 Análise dos Indicadores de pobreza e desigualdade	14
4.2 Análise dos Indicadores sócio econômicos.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

POBREZA E DESIGUALDADE EM REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL: um estudo comparativo entre os anos 2004-2009

Danuzia Lima Rodrigues¹
Danilo Araújo Fernandes²

Resumo:

Este trabalho buscou fazer um balanço da desigualdade e pobreza avaliada enquanto insuficiência de renda sob a ótica das regiões metropolitanas do Brasil entre 2004 e 2009. Apesar de saber que a pobreza não se limita somente a este aspecto, considerou-se que observar a evolução dos indicadores de renda pode significar contribuição importante para uma avaliação mais completa sobre a situação e o nível de bem-estar da população brasileira. Neste contexto, pode-se verificar que a retomada do crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda observado a partir de 2004 até 2008, parecem ter impacto favorável na redução da pobreza absoluta nas regiões metropolitanas, fazendo com que a proporção de pobres e os índices de desigualdade decline quando avaliados em termos de comparação entre os anos de 2004 e 2009.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, Desigualdade, Pobreza, Regiões Metropolitanas.

Abstract:

This study aimed to take stock of inequality and poverty assessed as insufficient income from the perspective of the metropolitan regions of Brazil between 2004 and 2009. Despite knowing that poverty is not only limited to this aspect, it was considered that observe the evolution of income indicators can mean important contribution to a more complete assessment of the situation and the level of welfare of the population. In this context, one can see that the return to economic growth and policies of income distribution observed from 2004 to 2008, appear to have a favorable impact in reducing absolute poverty in metropolitan areas, causing the proportion of poor and indices of inequality decline when measured in terms of comparison between the years 2004 and 2009.

Keywords: Economic Growth, Inequality, Poverty, metropolitan areas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da UFPA.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) e do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre crescimento econômico, pobreza e desigualdade tem sido um tema da maior relevância para os estudos que buscam investigar a qualidade dos processos de crescimento ou desenvolvimento econômico. No caso específico do Brasil, este debate inicia-se ainda na década de 70, num contexto em que os altos níveis de crescimento econômico pareciam não ser acompanhados por melhorias nos níveis de desigualdade, apesar da melhoria nos indicadores de pobreza observada no período. Nessa época, o que se podia observar era que um processo de crescimento acelerado da renda média no país parecia não ter ocasionado (apesar das expectativas favoráveis do governo militar), um contexto econômico e institucional favorável para uma mudança de patamar em nosso padrão histórico de desigualdade. Por outro lado, o governo brasileiro acreditava que com os altos níveis de crescimento econômico a melhoria nas condições de oferta no mercado de trabalho, a elevação dos níveis de emprego e com ele do aumento das oportunidades de geração de renda para as populações mais pobres, seriam suficientemente responsáveis pela diminuição dos níveis de desigualdade de renda no país.

Mas não foi isso que se observou. Alguns autores, após o lançamento dos dados do censo de 1970, começaram a apontar indícios de desequilíbrio estrutural nas condições de oferta no mercado de trabalho. Ao serem comparados os censos demográficos de 1960 e 1970, constatou-se, ao contrário do que imaginava o governo militar, que tinha ocorrido um aumento significativo na desigualdade de renda no país (HOFFMAN, 1971; LANGONI, 1973; CAMARGO e GIAMBIAGI, 1991; ARBACHE, 2003). Neste contexto, o índice de Gini apresentava uma variação aproximada de 0,07 pontos entre os dois períodos: passando dos aproximados 0,5 pontos em 1960 para os aproximados 0,57 em 1970³ (HOFFMAN, 1971; LANGONI, 1973).

Sendo assim, não tardaram a se iniciar buscas por melhores explicações para o fenômeno. Segundo Ramos e Reis (1991), as tentativas, à época, de explicação do aumento da desigualdade convergiram, em síntese, para duas visões bastante distintas. De um lado têm-se os teóricos da recém-desenvolvida abordagem do capital humano, que defendiam que o aumento da desigualdade tinha sido o resultado do baixo nível de estoque de capital humano associados aos altos níveis de crescimento econômico do período – o que teria favorecido o crescimento da renda média apenas daqueles poucos indivíduos com boa formação educacional – os quais acabaram sendo favorecidos com o aquecimento do mercado de trabalho. De outro lado, existiriam aqueles que acreditavam que os principais motivos de aumento da desigualdade de renda, tinham sido a política econômica realizada durante o governo militar (conhecida como PAEG, entre os anos de 1964 e 1967), que havia implementado uma política de estabilização com fortes componentes de arrocho salarial; ocasionando uma queda real do salário mínimo como algo em torno de 20% entre os anos de 1965 e 1967.

Neste contexto, o que fica evidente no debate sobre desigualdade e pobreza no Brasil, desde o seu início, é que a mesma apresenta algumas peculiaridades. Perspectiva que irá se consolidar a partir do final da década de 90 e no início dos anos 2000. De acordo com Barros et

³ As estimativas do índice de Gini, utilizando o censo de 1960, apresentam algumas variações a depender da metodologia utilizada por diferentes autores. Langoni (1973, cap. 3) apresenta uma resenha dos estudos realizados à época, apontando suas diferenças e resultados principais. De uma forma geral, no entanto, todos os estudos apontam uma variação positiva do índice de Gini quando comparados os censos de 1960 e 1970. A estimativa de aproximadamente 0,5 para o índice de Gini diz respeito principalmente aos estudos de Hoffman (1971) e Langoni (1973), outros estudos, como os da CEPAL/ILPES (1970) e Fishlow (1972), apresentam resultados diferentes em relação às estimativas dos índices de desigualdade de Gini para o censo de 1960 se comparado aos dois estudos principais citados anteriormente. Para uma análise mais detalhada, ver LANGONI (1973).

al (2001) a origem da pobreza no Brasil não se dá por ausência de recursos e sim pela partilha desigual da totalidade desses recursos. Sendo assim, a distribuição igualitária da riqueza seria suficiente para sanar a pobreza. Além disso, a alta concentração de renda nos decis superiores da distribuição seria umas das principais causas do aumento da intensidade da pobreza no Brasil e ainda, a sua persistência ao longo dos anos. Segundo Barros et. al (1997), o Brasil quando comparado aos países da America Latina apresenta o mais alto grau de desigualdade e esse alto grau de desigualdade é observável não só comparando com os países da America Latina, mas com o observado no restante do mundo. (BARROS, 2000, apud DINIZ e ARRAES, 2008).

A década de 90, neste contexto, representa o período em que o debate sobre pobreza e distribuição de renda assume contornos bem específicos, ampliando-se os estudos que visavam averiguar o problema da pobreza e da desigualdade por um ponto de vista do debate sobre políticas focalizadas de distribuição de renda (BARROS et. al, 2000). Os fortes indícios de que a partir de 1997 o país entraria num novo momento, e que os indicadores de distribuição de renda entrariam numa tendência de queda, eram contrarrestados, no entanto, por uma persistência e manutenção da estabilidade nos indicadores de pobreza. Os quais só começariam finalmente a cair a partir do ano de 2004.

O contexto da década de 90, portanto, representou um momento de forte instabilidade na avaliação sobre o futuro de nossos indicadores sociais. Num momento em que apesar das melhorias na distribuição de renda – demonstrada a partir da avaliação dos dados apresentados pelo IBGE em 1997 (ver ROCHA, 2011) – mantinha-se com questões e tendências não muito claras em relação aos indicadores gerais de pobreza, assim como em relação às interpretações sobre o futuro e tendências dos índices de pobreza e desigualdade no que diz respeito às regiões metropolitanas. Segundo Rocha (2003) verifica-se que entre os anos de 1970 e 1999, com os processos de urbanização e industrialização, há um aumento na tendência a metropolização da pobreza, uma vez que se constatou ao mesmo tempo uma redução na proporção de pobres e indigentes no setor rural. Ainda segundo a autora, esse processo se intensificou entre os anos de 1995 e 2003 com o aumento da proporção de pobres e indigentes no conjunto das regiões metropolitanas brasileiras (Rocha 2006a).

Dessa forma, e de uma maneira geral, essa avaliação sobre a complexidade da situação neste período nos remete à tendência de queda e melhoria na distribuição de renda ocorrida no período posterior a 1997 – se comparada ao aumento verificado em relação aos níveis de pobreza nas regiões metropolitanas no mesmo período. Um processo que guarda forte relação com o movimento de reestruturação produtiva e organizacional da economia brasileira que se intensifica nos anos 90 com o processo de abertura comercial. O que pode ser entendido como um movimento estrutural que afetaria mais intensamente as áreas metropolitanas em comparação com as áreas rurais. Tendo em vista o objetivo de contribuir para o debate sobre os rumos nos níveis de desigualdade e pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras nos últimos anos, este artigo se propõe discutir a questão da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil pela ótica da questão urbana, avaliando a evolução dos índices de desigualdade e pobreza para nove regiões metropolitanas entre os anos de 2004 e 2009.

Numa primeira parte do trabalho será apresentada a metodologia para o cálculo dos indicadores e a base de dados utilizados no trabalho. Em seguida, serão discutidas as evidências empíricas que fundamentam o debate atual sobre pobreza e desigualdade no Brasil – tanto de um ponto de vista geral como para um foco específico de análise das regiões metropolitanas. Por fim serão analisados os principais resultados e indicadores de desigualdade e pobreza para as regiões metropolitanas, com base nos dados da PNAD de 2004 e 2009.

2. POBREZA E DESIGUALDADE: METODOLOGIA EMPÍRICA, DEFINIÇÕES E CONCEITOS

A pobreza pode ter concepções uni ou multidimensionais. Segundo Rocha (2003) na concepção unidimensional de pobreza está a discussão em torno de pobreza absoluta *versus* pobreza relativa. Pobreza relativa se define como as necessidades que não são satisfeitas em função dos parâmetros estabelecidos na sociedade em questão, o que a aproxima da definição de redução das desigualdades entre os indivíduos. A pobreza absoluta se refere ao mínimo necessário para atender as necessidades nutricionais do ser humano.

O conceito de pobreza relativa passa a figurar como medida para identificar qual a posição social do pobre em relação ao padrão médio de consumo da população, tomando como base uma abordagem única e exclusivamente voltada para a renda (LAVINAS, 2002).

O conceito mais adotado para a operacionalização dos estudos sobre pobreza conforme Rocha (2003) é o de pobreza absoluta, dado que esta atinge a parcela mais vulnerável da sociedade onde o mínimo vital não é garantido. Dentro desta visão incluem-se as chamadas Linhas de Indigência e Linhas de Pobreza. A primeira caracteriza-se pelo valor monetário necessário para a aquisição de cestas de alimentos que detenham a quantidade calórica mínima à sobrevivência; já a Linha de Pobreza é o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia.

A vantagem de utilizar a pobreza absoluta através das linhas de pobreza e indigência como referência, é que estes tipos de indicadores facilitam a comparação internacional. Segundo Lopes, Macedo e Machado (2003), por exemplo, considerando a Linha de Indigência como sendo um dólar por dia e a Linha de Pobreza dois dólares por dia, critério adotado pelo Banco Mundial, é possível saber a posição dos países com relação à pobreza. Estes indicadores são importantes, porque ressaltam a falta de recursos necessários à reprodução do ser humano. No Brasil é mais comum adotar um dos múltiplos do salário mínimo para a mensuração destas linhas.

A vertente multidimensional inclui também a abordagem das capacitações proposta por Sen (2000), no qual define a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades bem como de fazerem respeitar seus direitos e busca analisar as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos. No entanto, as dificuldades de mensuração das liberdades substantivas medidas em termos de capacitações, tal como sugeridas por Sen (2000), assim como a necessidade de implantação de critérios de comparabilidade entre indicadores, têm justificado até certo ponto a manutenção e permanência de estudos que avaliam os níveis de pobreza apenas em termos de renda.

2.1 Indicadores de Pobreza e Desigualdade

Do ponto de vista metodológico, para analisar a evolução da pobreza primeiramente é necessário estabelecer um parâmetro a fim de definir quais são as pessoas consideradas pobres, para isso foram utilizadas as linhas de indigência e pobreza adotadas pelo IBGE em que o mesmo estabelece a linha de indigência como sendo o custo de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo, e que a linha de pobreza é considerada o dobro da linha de indigência.

2.1.1 Proporção de Pobres

Segundo a metodologia proposta em Hoffmann (1998) tem-se: seja Y a renda domiciliar *per capita* em uma dada região ordenada do menor para o maior, então, a renda média desta população pode ser representada por \bar{y} e a distribuição de renda por $F(y)$. Assim, definindo y_0 como a linha de pobreza, ou seja; a renda mínima, tal que domicílios com renda *per capita* inferior a sejam considerados pobres, o indicador de Proporção de Pobres é dado como: $P0 = F(y_0) = p / n$, em que: $P0$ = número de pessoas com renda menor ou igual a y_0 ; p = número de pobres e, n = população total.

A proporção de pobres é um indicador comumente utilizado dado a sua fácil compreensão, no entanto, este parâmetro é insensível à severidade da pobreza ou aspectos ligados à desigualdade de renda, uma vez que o número de pobres não se altera diante de mudanças na renda ou na distribuição de renda.

2.1.2 Hiato da Pobreza

O segundo indicador utilizado para análise é a razão do hiato da pobreza. Este tem a vantagem de considerar na análise a população de pobres quanto à intensidade da pobreza, e sua desvantagem é que ele não incorpora a desigualdade de renda entre os pobres, pois considera apenas a renda média dos indivíduos.

Partindo-se da idéia da insuficiência de renda, ou seja; da diferença entre y_i para $i < p+1$, em que y_0 é definido como a linha de pobreza e \bar{y}_p é a renda média dos indivíduos pobres, o montante de renda que seria necessário transferir aos pobres para que eles tivessem ao menos uma renda igual à linha de pobreza é dado por $\sum_{i=1}^p (y_0 - y_i)$, também definida como insuficiência de renda. A razão do hiato da pobreza é composta pelo produto de dois termos, a proporção de pobres e o grau de pobreza. Esse indicador pode ser definido em termos de renda média dos pobres, $\bar{y}_p = \frac{1}{p} \sum_{i=1}^p y_i$. Logo; tem-se: $I = \frac{\sum_{i=1}^p (y_0 - y_i)}{p \bar{y}_p} = (y_0 - \bar{y}_p) / \bar{y}_p$.

O hiato médio da pobreza em termos gerais é a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres do valor da linha de pobreza, o que torna um indicador mais interessante que a proporção de pobres por diferenciar o pouco pobre do muito pobre.

2.1.3 Índice de Gini

O índice Gini é um dos índices mais conhecidos para medir a desigualdade. Quando este é zero, corresponde à igualdade absoluta e, quando é 1 corresponde à desigualdade total, ou seja; quando toda a renda se concentra em um único indivíduo, logo quanto mais próximo de 1, pior a distribuição de renda.

O índice de Gini é obtido através da curva de Lorenz: $G = \left| 1 - \frac{\sum_{k=0}^{K=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} - Y_k)}{\sum_{k=0}^{K=n-1} (X_{k+1} - X_k)(X_{k+1} - X_k)} \right|$, em que G = Coeficiente de Gini; X = proporção acumulada da variável "população" e, Y = proporção acumulada da variável "renda".

2.1.4 Índice de Theil-T

O Índice de Theil-T é considerado um melhor indicador de desigualdade por refletir as desigualdades internas de diferentes sub-grupos ou regiões. Quanto maior for este índice, maior será a desigualdade. Na análise foi medido o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*.

2.2 Base de Dados e Variáveis Utilizadas

A Base de dados utilizada nessa pesquisa foram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE para o período de 2004-2009. Para tanto, a análise do crescimento econômico será feita segundo a renda domiciliar *per capita* para as regiões metropolitanas do Brasil.

3. MEDINDO POBREZA E DESIGUALDADE: AS EVIDÊNCIAS PARA O CASO BRASILEIRO

Os argumentos que relacionam crescimento econômico, pobreza e desigualdade, foram significativamente influenciados pela hipótese de Kuznets (1955, 1963). No Brasil, este debate se inicia na década de 70. De modo geral, o que se via no período era uma preocupação em desvendar as causas do aumento e persistência da desigualdade de renda, tendo em vista seus aspectos distributivos em comparação com os níveis de crescimento do PIB.

Durante a crise dos anos 80 e após breve recuperação dos níveis de crescimento em meados dos anos 90, no entanto, os debates sobre pobreza e desigualdade no Brasil, passam a se redirecionar para estudos que focalizavam a explicação para as causas da persistência nos níveis de pobreza e desigualdade, independentemente dos níveis de crescimento econômico. Contrariando, assim, de modo mais incisivo as principais hipóteses e programas de pesquisa voltados para o teste da hipótese de Kuznets.

Entre os principais autores responsáveis por essa mudança de perspectiva, que visa descolar o debate sobre pobreza e desigualdade de seus aspectos estritamente relacionados com os problemas de crescimento econômico, está Ricardo Paes de Barros e sua equipe (1992, 1995, 1997, 2001) que durante a década de 90 e início dos anos 2000, passam a apresentar uma série de estudos mostrando a estabilidade do problema da pobreza, se avaliada em comparação com a oscilação nos níveis de crescimento econômico. A partir desse momento, a pobreza passa a ser vista como um problema diretamente relacionado com a desigualdade de renda. O Brasil neste contexto passa a ser visto, por grande parte dos pesquisadores, não como um país pobre (pois apresentaria renda *per capita* entre os maiores estratos de renda entre os países em termos internacionais), mas sim como um país com muitos pobres.

A literatura empírica que daí em diante passa a analisar a relação entre crescimento, desigualdade de renda e pobreza, é muito extensa. Muitos estudos foram realizados e várias hipóteses continuaram sendo levantadas. As evidências em geral, no entanto, apontavam para uma piora quase regular nos níveis de desigualdade durante as décadas de 80 até o ano de 1997 (ROCHA, 2010, 2011). De meados dos anos 2000 em diante, observa-se também uma significativa diminuição e melhoria nos indicadores de pobreza, acompanhando a tendência já de queda nos níveis de distribuição de renda que já vinham em queda desde 1997.

Neste contexto, o problema passa cada vez mais a se direcionar para uma análise qualitativa destes indicadores, assim como a possibilidade de análises empíricas mais detalhadas que vislumbrem uma leitura mais específica e menos agregada dos dados disponíveis. Análises intra-urbanas e estudos da relação entre pobreza urbana e rural, são alguns dos desafios que se apresentam no sentido de melhor compreender o fenômeno da queda dos índices de desigualdade e pobreza no Brasil de um ponto de vista mais estrutural e multidimensional. De um modo geral,

no entanto, cabe-se ainda avaliar, do ponto de vista empírico neste trabalho, a evolução destes indicadores ao longo da história, e de que forma os mesmos apontam para uma diminuição (ou não) dos índices de desigualdade e pobreza de modo mais específico quando se avalia o problema pelo ponto de vista da renda das regiões metropolitanas no Brasil.

3.1 As evidências empíricas sobre pobreza e desigualdade para o caso brasileiro

Neste sentido, ao se observar do ponto de vista histórico a evolução dos índices de pobreza e desigualdade no Brasil, o que se vê é que os mesmos apontam inicialmente que na década de 70 houve significativa redução no índice de pobreza absoluta como consequência da combinação de crescimento da renda e uma relativa estabilidade na desigualdade de renda. De acordo com Rocha (2004), o extraordinário crescimento econômico que ocorreu na década de 70 no Brasil, propiciou uma queda na proporção de pobres em mais da metade, passando a proporção dos pobres de 68% em 1970 para 35% em 1980. Porém o aumento generalizado na renda que, por um lado, contribuiu para a diminuição da pobreza, por outro, agravou ainda mais a desigualdade, uma vez que houve um ganho maior nas camadas de rendas mais altas. Além disso, ainda segundo a autora, em função das características do crescimento nesse período ser pautado na indústria de transformação, verificou-se que os maiores ganhos de renda se deram nas áreas metropolitanas, aumentando o desequilíbrio entre as áreas urbana e rural.

Nos anos 80, as altas taxas de inflação e a estagnação econômica favoreceram a elevação da desigualdade e contribuíram na elevação dos índices de pobreza do país. Segundo Rocha (2004), a proporção de pobres nesse período de crise chegou ao patamar de 41%, sendo reduzida em seguida com o advento do plano cruzado para 23,7 % em 1986. No entanto, esse efeito foi passageiro de maneira que a proporção de pobres se estabilizou em 30 % entre 1989 e 1993.

Nos anos de 1993 a 1995 com a implementação do plano real e a consequente baixa da taxa de inflação, observou-se ganhos de renda acentuada nos décimos mais baixos da distribuição e consequentemente uma melhora na desigualdade. Segundo Rocha (2004), esse fato pode ser explicado por três fatores: o que ficou conhecido como *âncora verde*, onde os preços alimentares mantiveram-se moderados, beneficiando diretamente as camadas mais pobres; o aumento relativo nos bens não-comercializados, incidindo positivamente sobre a renda dos trabalhadores dos setores de comércio e serviços; e o aumento salarial em 42% no ano de 1995. Em geral, o que se pode observar durante esse período é que a proporção de pobres foi reduzida de 30,4% em 1993 para 20,6% em 1995.

De um modo geral, a tendência de queda nos indicadores sociais a partir de 2004, representa importante componente do debate sobre a relação entre pobreza e crescimento econômico. Marinho e Soares (2003), por exemplo, mostram para 25 estados do Brasil, que quanto maior é a renda média do estado, maior é a elasticidade crescimento-pobreza e que a pobreza é mais sensível à desigualdade do que ao crescimento. Em Pesquisa semelhante, Hoffmann (2005), estima em (-0,84) a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento da renda domiciliar *per capita*, significando que uma elevação de (1%) na renda corresponde a uma redução de (0,84%) na proporção de pobres. Também conclui que o valor absoluto da elasticidade aumenta com a renda e diminui com o aumento da desigualdade.

Já em estudos sobre dados mais recentes, Rocha (2006) mostra que a proporção de pobres no Brasil se reduz em cerca de dois pontos percentuais no período que vai de 2001-2004. Mas a magnitude desta redução é muito diferenciada quando se considera separadamente áreas

metropolitanas, urbanas e rurais, o que segundo a autora, faz com que a pobreza no Brasil seja crescente enquanto fenômeno urbano e metropolitano, pois a queda da proporção de pobres aliada à redução da população rural é um fenômeno mais sustentável no longo prazo.

De uma forma geral, o que se pode observar é que a redução acentuada da proporção de pobres que ocorre nos primeiros anos da década dos anos 2000 foi determinada por diversos fatores, cujo impacto é diferenciado entre as regiões, entre os quais pode-se destacar as mudanças distributivas no rendimento do trabalho e a expansão dos benefícios sociais, os quais representam, sem sombra de dúvida, um importante fator responsável pela melhoria nos indicadores sociais no país.

3.2 O problema da pobreza e desigualdade em regiões metropolitanas no Brasil

Como já foi observado em vários momentos, no entanto, o elevado contingente de pessoas pobres que vivem no Brasil não se distribui uniformemente entre as regiões. O grau de pobreza está diretamente ligado ao número de pessoas que vivem em famílias com renda *per capita* inferior a linha de pobreza. Segundo Rocha (1995) em 1990 a proporção de pobres no Brasil registrava 26,8% da população urbana e 39,2% rural. Dos que residiam em áreas metropolitanas 28,6% eram considerados pobres. Ainda de acordo com dados levantados por Rocha em textos posteriores (1997, 2004), durante o período de 1990 e 2004, a taxa de pobreza nas áreas metropolitanas e urbanas teria aumentado no país, com exceção para a região Sul. Percebe-se também uma realidade conhecida, a de que a região Nordeste apresenta os piores indicadores.

Analisando o indicador proporção de pobres por setor rural e urbano, observa-se que apenas o setor rural apresenta redução em todas as regiões, diferente das áreas metropolitanas que apresentam uma piora na maioria das regiões. Constatação semelhante foi feita por Neder (2004) que trabalhando com estimativas de indicadores de pobreza para as áreas rurais encontrou redução significativa nos Estados do Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiás no período de 1995-2001 e elevação desse mesmo índice no Estado de São Paulo. A região Sul foi a única a apresentar redução no setor urbano. Em que pese à elevação dos índices de pobreza, foi encontrado por Ribas (2005) que a pobreza urbana relativa era maior no início dos anos noventa e que a redução se deve principalmente a mudança na composição das famílias e nas características de seus chefes.

Em termos gerais, os estudos apresentados indicam, portanto, uma diminuição gradativa e heterogênea no ritmo da diminuição da proporção de pobres entre diferentes regiões e áreas metropolitanas em todo o país.

O que os estudos em geral indicam no que diz respeito mais especificamente à questão da pobreza e desigualdade quando observados pelo ponto de vista da sua relação com a questão urbana e do crescimento do processo de metropolização do país, é uma evolução, verificada a partir de 1997, em que se observa uma perda significativa em termos de postos de trabalho e de rendimentos de salários que recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade, tendo por si só um efeito provável de aumento da pobreza absoluta e da desigualdade nas regiões metropolitanas (ROCHA, 2001, p. 75).

Neste contexto, o processo de abertura comercial e financeira que ocorreu no início da década de 90, gerou um cenário de aprofundamento do desequilíbrio estrutural no mercado de trabalho que duraria por quase toda a década, intensificando o nível de informalidade e

desemprego devido às dificuldades de adequação da mão de obra disponível às novas exigências do mercado de trabalho globalizado. A crise da indústria brasileira e as dificuldades das pequenas empresas informais em permanecer no mercado, forçaram um processo de aumento no desemprego e na informalidade da ocupação da mão de obra em todo o país (ARBACHE, 2001, 2002, 2003).

Com o processo de abertura comercial as empresas nacionais passaram a ser obrigadas a competir em padrões de competitividade globais, passando a exigir da mão-de-obra empregada características e habilidades num perfil bem acima das possibilidades de qualificação do trabalhador médio brasileiro. Por outro lado, apesar das dificuldades, as empresas e regiões que conseguiram se inserir nos novos mercados competitivos se beneficiaram do processo de globalização e aumentaram o fosso da desigualdade regional e de renda no país.

Como um todo, no entanto, contrariamente ao que se observou em relação aos tigres asiáticos, a experiência brasileira de abertura comercial não gerou um processo virtuoso de crescimento econômico e desenvolvimento dos mercados em que os pobres estavam inseridos (ARBACHE, 2003, p. 31). Como afirma ARBACHE (2003), os resultados empíricos são quase inequívocos em demonstrar que a situação relativa dos pobres (e menos qualificados), piorou no período pós-reformas liberalizantes no Brasil. O tão anunciado e esperado “choque de produtividade” gerado pela abertura dos mercados na década de 90 não foi capaz de atingir, por esse ponto de vista, os mercados nos quais as populações mais pobres do país estavam inseridas (MAIA, 2001; CARNEIRO e ARBACHE, 2003; ARBACHE, 2003). E por isso, junto a esse movimento teria ocorrido um processo de aprofundamento dos níveis de desigualdade de renda urbana no Brasil durante esse período. Movimento esse que merece ser melhor avaliado quando se observa o período mais recente em que uma melhoria nos níveis de crescimento da renda de modo mais consistente tem afetado de maneira definitiva os indicadores de pobreza e distribuição de renda nas regiões metropolitanas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com o objetivo de melhor explorar o leque de opções e informações disponíveis para uma avaliação mais criteriosa dos indicadores de desenvolvimento, pobreza e desigualdade para as regiões metropolitanas do Brasil, foi realizado em primeiro plano nesta seção uma leitura preliminar de indicadores de pobreza e desigualdade mais tradicionais (seção 4.1); em seguida foram analisados os resultados dos indicadores de sócio- econômicos básicos como a renda domiciliar *per capita*, razão de renda e renda real média (4.2).

4.1 Análise dos Indicadores de pobreza e desigualdade

Para mensurar a evolução da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil foi utilizado dois indicadores de pobreza, a proporção de pobres e Indigentes e o hiato da pobreza, e para analisar a evolução da desigualdade foram observadas as variações no coeficiente de Gini e no índice de Theil-T.

O percentual de pobres no Brasil é elevado se comparado com outros países em desenvolvimento. Porém, nos últimos anos esse percentual vem diminuindo gradativamente. A Tabela 1 apresenta a variação percentual da proporção de pobres e indigentes nas regiões metropolitanas do Brasil. Nota-se que no período houve uma queda de 40% no percentual de pobres, e o animador é que o número de indigentes, pessoas que vivem à baixo da linha de pobreza caiu mais da metade em todo o conjunto das regiões metropolitanas do Brasil. Vale à pena ressaltar que em 2004, mais de 31% da população do Brasil metropolitano estava a baixo da linha da pobreza, no entanto em 2009 nota-se uma redução significativa passando à condição de pobre 19% da população. As regiões metropolitanas que obtiveram a maior redução na porcentagem de pobres foram as regiões do Distrito Federal e Belo Horizonte com uma variação de mais de 50% no número de pobres e na porcentagem de indigentes foram as regiões do Distrito Federal com queda de 66%, seguida de Salvador, Fortaleza e Curitiba todas com redução de 55 % no número de indigentes.

Tabela 1. Porcentagem de pobres e indigentes, Período 2004 a 2009

	Porcentagem de pobres			Porcentagem de indigents		
	2004	2009	Variação %	2004	2009	Variação %
Brasil metropolitan	31.7	19.1	-40	11.6	5.7	-51
Belém	43.1	28.8	-33	14.8	6.9	-53
Salvador	49.3	29.8	-40	23.1	10.4	-55
Fortaleza	49	28.5	-42	18.3	8.3	-55
Recife	57.8	40.2	-30	29.8	14.6	-51
Distrito Federal	26.5	12.7	-52	9.8	3.3	-66
Belo Horizonte	24.3	11.7	-52	6.6	3.1	-53
Rio de Janeiro	26.7	16.4	-39	8.8	5.1	-42
São Paulo	27.6	15.9	-42	9	4.4	-51
Curitiba	20.8	11.4	-45	6.5	2.9	-55

Porto Alegre	26.4	18.2	-31	9.1	5.3	-42
---------------------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Vale destacar que a pobreza correlaciona-se diretamente a má distribuição dos recursos. Logo, para que o país consiga reduzir a intensidade da pobreza, se faz necessário também reduzir a desigualdade existente. Foram analisadas variações nos índices de Gini e Theil. Na análise foi medido o grau de desigualdade da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*.

As Tabelas 2 e 3 apresentam a evolução dos indicadores de desigualdade. Na tabela 2, o índice de Theil encontra-se bastante elevado no conjunto das regiões metropolitanas do Brasil apesar de apresentar leve queda no período de 2004 a 2009, evidenciando o alto grau de desigualdade entre essas regiões metropolitanas. Vale observar que algumas regiões metropolitanas tiveram uma boa evolução no sentido da redução da desigualdade. Isto reflete a variação de redução dessas regiões bem acima da variação do Brasil metropolitano. As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre mostraram redução razoável na desigualdade. Todavia, as regiões de Fortaleza, Recife e Curitiba apresentaram as maiores reduções no índice e na magnitude da desigualdade, com destaque para a última que apresentou redução de 31% neste índice. Já a região metropolitana de Salvador obteve o pior índice entre as regiões.

Tabela 2. Índice de Theil, Período 2004 a 2009

Índice de Theil			
	2004	2009	Variação %
Brasil metropolitano	0.66	0.61	-8
Belém	0.59	0.52	-12
Salvador	0.69	0.70	-1
Fortaleza	0.75	0.61	-19
Recife	0.81	0.68	-16
Distrito Federal	0.74	0.74	0
Belo Horizonte	0.63	0.56	-11
Rio de Janeiro	0.61	0.65	-7
São Paulo	0.59	0.52	-12
Curitiba	0.72	0.50	-31
Porto Alegre	0.56	0.51	-9

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

No que concerne ao Índice de Gini, pode-se verificar que o Brasil metropolitano apresenta-se com elevado nível de concentração de renda, apesar do sensível declínio no período analisado. Na região metropolitana do Rio de Janeiro percebe-se que não houve variação no índice, indicando que esta região não evoluiu no grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Um fato digno de nota são as regiões de Salvador e Distrito Federal, que apresentaram redução muito pequena da desigualdade e concentração de renda entre 2004 e 2009, visto que o Índice de Gini variou em apenas 2%. O destaque para a região metropolitana que mais conseguiu reduzir seu grau de desigualdade foi a

região de Recife, seguida por Curitiba e Fortaleza com declínio de 10%, 9% e 8% respectivamente.

Tabela 3. Coeficiente de Gini, Período 2004 a 2009

Coeficiente de Gini			
	2004	2009	Variação %
Brasil metropolitan	0.57	0.55	-4
Belém	0.54	0.51	-6
Salvador	0.59	0.58	-2
Fortaleza	0.6	0.55	-8
Recife	0.63	0.57	-10
Distrito Federal	0.63	0.62	-2
Belo Horizonte	0.56	0.53	-5
Rio de Janeiro	0.56	0.56	0
São Paulo	0.54	0.51	-6
Curitiba	0.56	0.51	-9
Porto Alegre	0.54	0.51	-6

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Ao se analisar o Hiato Médio da Pobreza, outro indicador importante, verifica-se através da Tabela 4 que a intensidade da pobreza no conjunto das regiões metropolitanas do Brasil, apesar das reduções observadas, ainda é muito presente. A região que mais influenciou na intensidade da pobreza no Brasil metropolitano é a região de São Paulo, que apresenta os maiores percentuais, seguido da região metropolitana do Rio de Janeiro. Já a região que obteve mais da metade de sua intensidade da pobreza reduzida no período analisado, foi a de Belo Horizonte com uma variação de 56%, acompanhada pelas regiões do Distrito Federal e Curitiba com 50%.

Tabela 4. Hiato médio de pobreza, Período 2004 a 2009

Hiato médio de pobreza			
	2004	2009	Variação %
Brasil metropolitan	18.3	10.8	-41
Belém	0.8	0.5	-38
Salvador	2	1.2	-40
Fortaleza	1.4	0.8	-43
Recife	2.8	1.7	-39
Distrito Federal	0.6	0.3	-50
Belo Horizonte	0.9	0.4	-56
Rio de Janeiro	2.9	1.9	-35
São Paulo	5.3	3	-43
Curitiba	0.6	0.3	-50
Porto Alegre	1.2	0.8	-33

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

4.2 Análise dos Indicadores sócio econômicos

O Gráfico 1 demonstra a evolução da renda domiciliar *per capita* nas regiões metropolitanas do Brasil em termos percentuais nos anos de 2004 a 2009. Observa-se que todas as regiões tiveram variações positivas acompanhando a tendência metropolitana nacional. As regiões metropolitanas que apresentaram um crescimento da renda *per capita* mais expressivo foram: a região metropolitana de Salvador (tendo uma variação positiva de 51 % no período de 2004 a 2009), e a região metropolitana do Distrito Federal (com variação de 41% no mesmo período), seguidos pela região metropolitana de Belo Horizonte que também apresentou boa evolução. A região metropolitana de Porto Alegre foi o que obteve o pior resultado, variando apenas 15% no referido período.

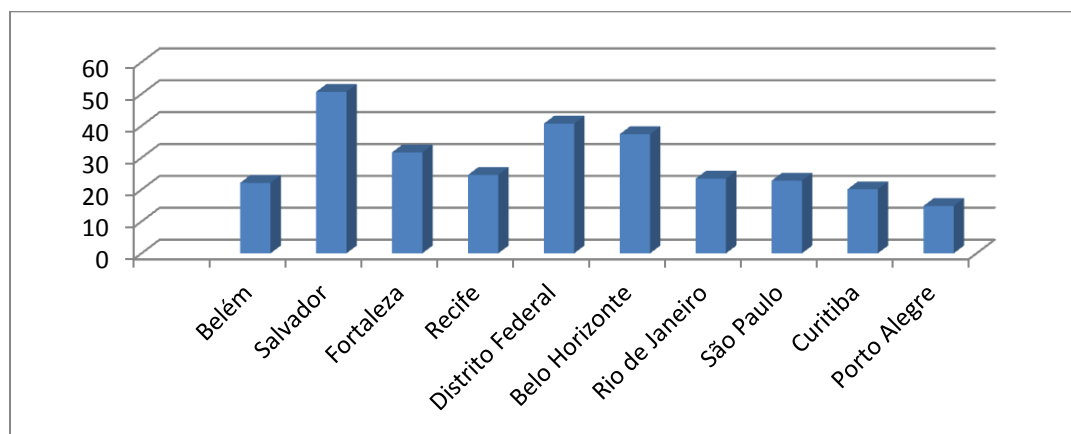


Gráfico 1. Taxa de variação da renda real domiciliar per capita entre os anos de 2004 e 2009.

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

O gráfico 2 mostra a comparação da renda real domiciliar per capita entre dois anos, a saber 2004 e 2009. No que diz respeito a valores absolutos de renda, houve uma evolução positiva em todo o Brasil metropolitano, todavia, a região metropolitana que mais se destaca é a do Distrito Federal saltando de R\$ 941.00 em 2004 para R\$ 1324.00 em 2009. Seguida de Curitiba que em 2004 apresentava renda de R\$ 776.00 passando para 932.00 em 2009. A região metropolitana que apresentou a menor renda real domiciliar per capita, apesar de sua evolução de 2004 a 2009 foi a de Belém no Estado do Pará.

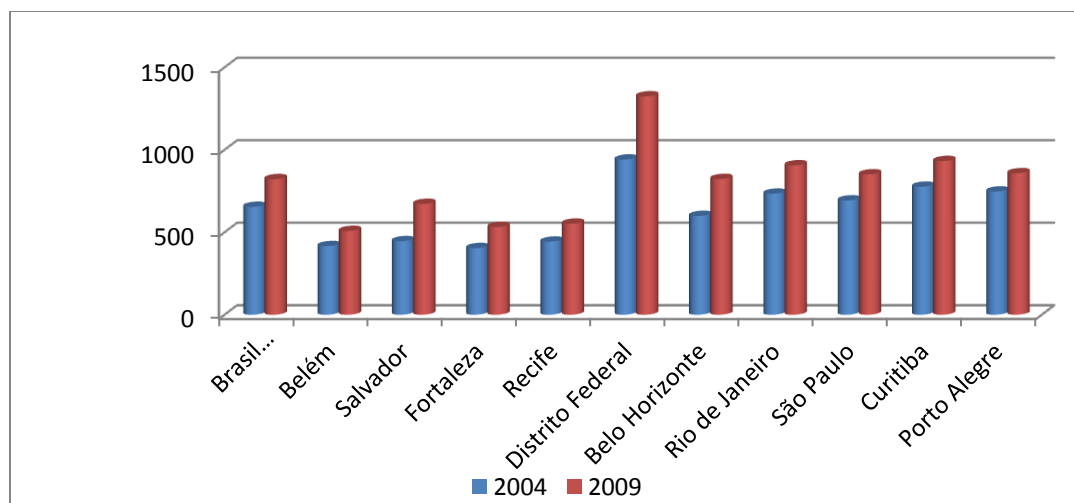


Gráfico 2. Comparação da Renda real domiciliar per capita.

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

A tabela 5 mostra a extensão da disparidade de renda existente nas regiões metropolitanas do Brasil. De uma forma geral é possível observar que ao longo do tempo a diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres vem diminuindo. Em 2004, no conjunto das regiões metropolitanas do Brasil, as pessoas situadas nos 20% superiores da distribuição de renda (os mais ricos) apresentavam, em média, renda 22 vezes superior que os 20% inferiores (mais pobres). No entanto em 2009, o primeiro grupo apresentou renda média 18 vezes maior que a do segundo, sofrendo uma queda de 18% na desigualdade de renda. Ao comparar os extratos extremos de renda, a região metropolitana do Distrito Federal é a que exibe a concentração de renda pessoal mais acentuada entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no período analisado. Seguida da região do Recife que, apesar de figurar entre as que apresentam maiores disparidades foi a que mais diminuiu a desigualdade nesse período, com uma variação negativa de 26%.

Tabela 5. Razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres, Período 2004 a 2009

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação %
Brasil metropolitan	22.1	21.5	20.1	19.9	18.6	18.2	-18
Belém	16.2	16.3	15.8	15.9	14.6	13.9	-14
Salvador	24.7	22.8	20.6	22.6	21.2	21.1	-15
Fortaleza	21.9	20.6	17.8	17.7	17.9	17.8	-19
Recife	27.4	26.2	22.4	21.7	23	20.3	-26
Distrito Federal	34.2	29.9	28.4	29.8	30.3	28.4	-17
Belo Horizonte	18.4	17.2	18.3	17.4	16.1	15.7	-15
Rio de Janeiro	19.3	18.4	18.9	19.2	17.7	18.2	-6
São Paulo	18.7	19.4	17.3	16.5	14.9	15.1	-19
Curitiba	19	17.1	14.8	14.6	15.1	14.4	-24
Porto Alegre	17.9	18.1	17.4	16.1	15.7	14.8	-17

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

A tabela 6 evidencia a proporção da renda apropriada pelos décimos mais pobres (primeiro) e pelos décimos mais ricos (décimo) da distribuição. Em termos gerais, uma característica interessante que ressalta a análise da renda média *per capita* entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres é a sua extrema concentração entre os primeiros. Outro fato importante a se notar é que independente dos valores absolutos que são bem discrepantes, todas as rendas médias aumentaram no período analisado. No entanto, a renda média dos mais pobres aumentou proporcionalmente mais que a dos mais ricos, indicando que o nível de desigualdade tem diminuído. No Brasil metropolitano, por exemplo, a renda dos mais pobres cresceu 54%, enquanto que a renda dos mais ricos cresceu 22% nesse período. Em comparação com o conjunto das regiões metropolitanas e as demais regiões, as que se destacaram foram as regiões de Salvador onde a renda média dos mais pobres cresceu 94% e a dos mais ricos 52%, seguida pela região metropolitana do Distrito Federal com aumento de 91% na renda média dos 10% mais pobres e de 40% na renda média dos 10% mais ricos em termos proporcionais.

Tabela 6. Renda real média de cada décimo da distribuição de renda, Período 2004 a 2009

	Décimo	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Variação %
Brasil metropolitano	Primeiro	56	65	75	74	84	86	54
	Décimo	2944	3231	3410	3441	3539	3589	22
Belém	Primeiro	52	54	60	66	72	70	35
	Décimo	1824	1900	2065	2301	2215	2094	15
Salvador	Primeiro	33	44	53	51	61	64	94
	Décimo	2100	2367	2574	2894	3023	3199	52
Fortaleza	Primeiro	39	40	49	49	55	57	46
	Décimo	2009	2031	2015	2001	2293	2394	19
Recife	Primeiro	34	33	47	37	44	48	41
	Décimo	2312	2371	2499	2201	2606	2567	11
Distrito Federal	Primeiro	54	70	88	90	90	103	91
	Décimo	4528	4658	5231	5849	6223	6361	40
Belo Horizonte	Primeiro	65	79	84	85	96	101	55
	Décimo	2690	2888	3268	3306	3313	3522	31
Rio de Janeiro	Primeiro	74	83	90	80	99	97	31
	Décimo	3225	3379	3803	3756	3817	4086	27
Curitiba	Primeiro	67	78	92	95	107	103	54
	Décimo	2915	3542	3534	3486	3496	3425	17
São Paulo	Primeiro	82	87	106	126	106	122	49
	Décimo	3605	3279	3184	3810	3727	3721	3
Porto Alegre	Primeiro	80	85	93	91	105	108	35
	Décimo	3170	3363	3580	3328	3648	3468	9

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Nota: Valores expressos em Reais de 2009, utilizando o INPC para o deflacionamento.

Em geral, o que se pode observar em relação ao debate sobre pobreza e desigualdade de renda, é que existe um movimento consistente de melhoria nos indicadores de renda para as

regiões metropolitanas entre os anos de 2004 e 2009, acompanhando uma queda já observada na literatura em relação aos indicadores de pobreza e desigualdade avaliados em termos mais agregados (ROCHA, 2010). De modo diferente da década de 90 do século passado, portanto, os anos 2000 apresentam indicadores significativos de melhoria nas condições de pobreza e desigualdade tanto do ponto de vista rural como no urbano relacionado às regiões metropolitanas. O que corrobora e parece confirmar a avaliação mais recente de que houve uma melhoria geral nas condições de distribuição e geração de renda entre as camadas mais pobres da população brasileira na última década.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou fazer um balanço da desigualdade e pobreza avaliada enquanto insuficiência de renda sob a ótica das regiões metropolitanas do Brasil entre 2004 e 2009. Apesar de saber que a pobreza não se limita somente a este aspecto, este trabalho considera que observar a evolução dos indicadores de renda pode significar contribuição importante para uma avaliação mais completa sobre a situação e o nível de bem-estar da população brasileira.

Neste contexto, o que o trabalho pode verificar é que a retomada do crescimento econômico observado a partir de 2004 até 2008 parece ter impacto favorável na redução da pobreza absoluta nas regiões metropolitanas, fazendo com que a proporção de pobres decline ano a ano, devido ao crescimento sustentado da renda. Rocha (2010) destaca nesse período como fatores essenciais para a redução da pobreza: o comportamento do mercado de trabalho, especificamente a evolução nos rendimentos do trabalho como fator importante na formação da renda das famílias, além das transferências assistenciais como compensação de renda nas famílias pobres.

Ou seja, tanto pelo ponto de vista das políticas distributivas como pelo ponto de vista do crescimento econômico, as melhorias nas condições de renda e sua distribuição têm corroborado a tendência de queda nos indicadores de desigualdade e pobreza no Brasil. Podendo os dois movimentos serem fatores considerados, a priori, como relevantes como possíveis causas da melhoria dos indicadores verificados.

Sendo assim, buscou-se neste texto analisar a evolução de alguns indicadores para avaliar as condições de pobreza e desigualdade de renda das regiões metropolitanas do Brasil. Para isso, foram observados a evolução destes indicadores tanto do ponto de vista da desigualdade da renda, quanto pelo grau de distribuição da mesma entre diferentes estratos da população. Assim como as tendências apontadas na literatura para todo o Brasil, verificou-se nas regiões metropolitanas um aumento da renda domiciliar *per capita*, bem como seu crescimento mais acentuado nos decis inferiores da distribuição, sugerindo através do conjunto dos indicadores a redução da desigualdade nas regiões metropolitanas.

Na análise feita sobre os indicadores de medidas de pobreza e desigualdade, os resultados são bem expressivos para os indicadores de indigência. O número de indigentes no conjunto das regiões metropolitanas do Brasil, que em 2004 era de 12%, reduziu pela metade chegando a 6% em 2009. Isso sem contar o número de pobres que variou negativamente 40% no mesmo período. Já os indicadores de Theil, Gini e Hiato Médio da Pobreza, acompanharam a tendência nacional, tornando-se evidente que as regiões metropolitanas avançaram na redução da desigualdade, no nível de concentração de renda e na intensidade da pobreza.

Com relação aos indicadores sócio-econômicos, o estudo mostrou que de maneira geral as regiões metropolitanas evoluíram de forma muito positiva. No que diz respeito à evolução da renda domiciliar *per capita* o destaque ficou com a região metropolitana de Salvador que apresentou uma variação de 51% no período. Para a extensão da disparidade de renda, averigou-se pelos dados que a diferença de renda entre o extrato de renda superior e o inferior vem reduzindo de forma contínua em todo o Brasil metropolitano. A região metropolitana de Recife foi a que mais conseguiu reduzir a diferença de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Já na região do Rio de Janeiro essa diferença na redução foi de apenas 6%. De forma geral ao se analisar a proporção de renda apropriada pelos decis, observa-se que todas as rendas médias cresceram e chama atenção a concentração de renda entre os decis superiores, porém o

mais importante é que apesar a alta concentração nesses decis, a renda média dos mais pobres aumentou em termos proporcionais mais que a dos ricos, sinalizando que o nível de desigualdade diminuiu.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, J. S. *Abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil*. In: LISBOA, M. e MENEZES-FILHO, N. (org). Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa e EPGE/FGV, 2001.

ARBACHE, J. S. Trade liberalization and labor markets in developing countries: theory and evidence. In: LEVY, A. e FARIAS, J. R. (eds). Economic Growth, Inequality and Migration: National and International Perspectives. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

ARBACHE, J. S. *Pobreza e Mercados no Brasil*. In: CEPAL. Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas, 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. [s.l.]: IPEA, 1992 (Texto para discussão, n.286)

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. [s.l.]: IPEA, 1995 (Texto para discussão, n.377)

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza. Rio de Janeiro: **IPEA**, nov. 1997. (Texto para Discussão N° 528).

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. [s.l.]: IPEA, 2001 (Texto para discussão, n.286)

CARNEIRO, F. G. e ARBACHE, J. S. The impacts of trade openness on employment, poverty and inequality: the case of Brazil. UNDP, 2003.

DINIZ, M. B.; ARRAES, R. de A. Há superestimação das taxas de pobreza nas regiões do Brasil? Revista Econômica do Nordeste, v. 39, p. 483-502, 2008.

MAIA, K. Progresso tecnológico, qualificação da mão-de-obra e desemprego. Tese de Doutorado, Departamento de Economia, UNB. 2001.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.25-59, jun. 2002. Disponível em: < <http://www.uff.br/cpgeconomia/v4n1/lavinas.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2013.

LOPES, H.; MACEDO, P. B.; MACHADO, A. F. *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Belo Horizonte, 2003. (Texto para discussão, 223).

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, n. 45, p. 1-28, 1995.

RAMOS, L. R. A. e REIS, J. G. A. Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO e GIAMBIAGI (ORG). Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.

ROCHA, Sonia. *Governabilidade e pobreza: O desafio dos números*. IPEA, Rio de Janeiro, 1995 (Texto para discussão nº. 368).

_____. Pobreza no Brasil: O que há de novo no limiar do século XXI? Revista da Anpec, volume 2, n.1, jan-junho, 2001.

_____. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. 2006a. *Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Disponível em: http://www.iets.org.br/biblioteca/Transferencias_de_renda_focalizadas.pdf.

_____. *Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos*. IPEA, Rio de Janeiro, 2004 (Estudos e Pesquisas nº. 83).

_____. *Crescimento, renda e pobreza. Como ficam os pobres?* IPEA, Rio de Janeiro, 2010 (Estudos e Pesquisas nº. 349).

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.